

Companhia Energética Potiguar

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Potiguar (CEP), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos senhores seu relatório anual, com uma síntese dos fatos julgados relevantes, e as correspondentes Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A CEP foi constituída em 19 de dezembro de 2007, tendo por objeto social gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A CEP é resultante da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. Detém autorização da Aneel para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia (PIE), implantar e explorar as UTEs Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), decorrente do segundo leilão de energia nova, realizado pela Aneel, para geração a partir de janeiro de 2009. As UTEs, contratadas por disponibilidade, entraram em operação comercial em março de 2009 e operaram sob demanda do Operador Nacional do Sistema (ONS) até dezembro de 2023.

No momento atual a companhia se encontra sem contrato, porém em 21 de dezembro de 2021, as UTEs venceram o 1.º Leilão de Reserva de Capacidade ("LRC"), comercializando 99,6 MW em disponibilidade de potência para o período de julho de 2026 a junho de 2041. Essa modalidade contratual, inédita no setor, garante o pagamento exclusivo da receita fixa pela disponibilidade de potência das usinas, enquanto a energia gerada pode ser livremente negociada pelo agente ou liquidada no Mercado de Curto Prazo ("MCP") ao preço atualizado do CVU.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As demonstrações financeiras, no entendimento da Administração, refletem adequadamente os controles e os valores contabilizados pela Companhia, registrando de forma objetiva os riscos e contingências associados ao negócio.

Os comentários a seguir devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Seguem os resultados de 2024, comparados com as informações relativas ao exercício de 2023, entre parênteses:

Receita operacional líquida (ROL): R\$ 24,1 milhões (R\$ 71,8 milhões, em 2023), apresentando uma redução de 66,4% devido ao encerramento do contrato em 31/12/2023, tendo apenas o reconhecimento de receita extraordinária, referente à recontabilização de R\$ 21,1 milhões, relativa a 2012, feita pela CCEE.

Custos e despesas operacionais: R\$ 23,4 milhões (R\$ 44,6 milhões, em 2023), apresentando uma redução de 47,5% em 2024, em função da redução da operação.

Resultado operacional (antes do Resultado Financeiro): lucro de R\$ 773 mil (R\$ 27,2 milhões em 2023), variação desfavorável de 97,2%.

EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos e Depreciação/Amortização): medição não contábil calculada pela Administração para a geração operacional de caixa, positiva de R\$ 7,4 milhões (R\$ 36,6 milhões, em 2023), redução de R\$ 29,2 milhões (79,8%).

Resultado financeiro: superavitário, de R\$ 8,7 milhão (R\$ 1,7 milhão, em 2023), variação favorável de 411,8%, explicada pelo recebimento da atualização financeira sobre a restituição de tributos pagos a maior em 2020.

Resultado líquido: R\$ 8,4 milhões (R\$ 25,8 milhões, em 2023), variação de R\$ 17,4 milhões, ocorrendo um déficit correspondente ao encerramento do contrato.

Disponibilidades (caixa e aplicações financeiras): R\$ 28 milhões (R\$ 12,7 milhões em 2023), aumento de 120,5%. Caixa gerado principalmente pela restituição de tributos pagos indevidamente em 2020.

Capital de giro: capital circulante líquido, positivo de R\$ 77,3 milhões (R\$ 52,0 milhões, em 2023), com variação favorável em 48,7%, refletindo a redução significativa no passivo em função do reconhecimento da receita extraordinária antes reconhecida como adiantamentos de clientes.

Ativo financeiro: R\$ 48,0 milhões (R\$ 48,0 milhões em 2023), referentes a investimentos financeiros em debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações, emitidas por C2 Participações e Investimentos S.A. em 2 de dezembro de 2022, com vencimento em 2 de dezembro de 2042.

Outras contas a pagar: R\$ 83 mil (R\$ 21,3 milhões em 2023), variação 99,6%. Basicamente em função do pagamento da segunda parcela (R\$ 22 milhões) das debêntures adquiridas da C2 Participações e Investimentos S.A.

Remuneração aos acionistas (Dividendos desembolsados): R\$ 9,7 milhões

(Juros sobre Capital Próprio Dividendos pagos em 2023): R\$ 14,2 milhões.

As projeções para o fluxo de caixa da Companhia, decorrentes de gestão austera, preservando a confiabilidade dos ativos, denotam uma real capacidade de absorção da totalidade dos investimentos realizados, bem como o cumprimento dos compromissos até então assumidos com bancos e fornecedores.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e comunidade de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2024. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

Macaíba, 1.º de abril de 2025.

Jones Aranha de Sá

Presidente do Conselho de Administração

Companhia Energética Potiguar
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$

Ativos	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023	Passivos e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulantes				Circulantes			
Caixa e equivalentes de caixa	4	28.006	12.671	Fornecedores	13	261	1.875
Contas a receber	5	-	12.889	Obrigações sociais e trabalhistas		469	994
Impostos a recuperar	6	320	19	Obrigações tributárias	14	10	400
Estoques	7	49.749	50.925	Outras contas a pagar		83	21.338
Outras contas a receber	12	89	95	Total dos passivos circulantes		823	24.607
Total dos ativos circulantes		78.164	76.599				
				Não circulantes			
Não circulantes				Provisão para risco trabalhista	15	400	475
Impostos a recuperar	6	-	19.445	Outras contas a pagar		1.039	873
Impostos diferidos	8	5.253	5.700	Total dos passivos não circulantes		1.439	1.348
Depósitos judiciais	15	822	822				
Ativo Financeiro	9	48.000	48.000	Patrimônio líquido			
Imobilizado	11	33.180	39.845	Capital social	16	41.693	41.913
Total dos ativos não circulantes		87.255	113.812	Reserva Legal	16	8.339	8.383
				Reservas de lucros retidos	16	113.125	114.160
				Total do patrimônio líquido		163.157	164.456
Total dos ativos		165.419	190.411	Total dos passivos e do patrimônio líquido		165.419	190.411

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar
Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	17	24.148	71.774
Custos de operação e manutenção	18	(17.391)	(35.233)
Lucro bruto		<u>6.757</u>	<u>36.541</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	18	(5.968)	(9.459)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(16)	103
Lucro antes do resultado financeiro		<u>773</u>	<u>27.185</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	19	9.092	1.768
Despesas financeiras	19	(370)	(119)
Total		<u>8.722</u>	<u>1.649</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>9.495</u>	<u>28.834</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social corrente	20	(678)	(4.578)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	(447)	(1.505)
Incentivo fiscal do imposto de renda	20	58	3.073
Total		<u>(1.067)</u>	<u>(3.010)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>8.428</u>	<u>25.824</u>
Lucro líquido do exercício atribuível a:			
Acionistas controladores		7.501	22.983
Acionistas não controladores		927	2.841
		<u>8.428</u>	<u>25.824</u>
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações - R\$		<u>0,224</u>	<u>0,688</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar
Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em milhares de reais – R\$

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Lucro líquido do exercício	8.428	25.824
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>8.428</u>	<u>25.824</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Companhia Energética Potiguar

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais – R\$

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Incentivo fiscal	Reserva dos lucros retidos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>41.913</u>	<u>8.383</u>	<u>104.476</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154.772</u>
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	25.824	25.824
Destinação do lucro:							
Complemento de reserva de incentivo fiscal sobre ICMS 2022	16	-	-	3.807	-	(3.807)	-
Complemento de reserva de incentivo fiscal 2022	16	-	-	77	-	(77)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal sobre ICMS 2023	16	-	-	3.073	-	(3.073)	-
Dividendos intermediários pagos (R\$0,08 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Juros sobre capital próprio (R\$0,35 por lote de mil ações)	16	-	-	-	(13.140)	-	(13.140)
Complemento de reserva de lucros retidos	16	-	-	-	15.867	(15.867)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	16	<u>41.913</u>	<u>8.383</u>	<u>111.433</u>	<u>2.727</u>	<u>-</u>	<u>164.456</u>
Recomposição reserva de incentivo fiscal		(220)	(44)	264	-	-	-
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	-	8.428	8.428
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva de incentivo fiscal sobre ICMS 2023	16	-	-	58	-	(58)	-
Dividendos adicionais (R\$0,18 por lote de mil ações)	16	-	-	-	(2.727)	-	(2.727)
Dividendos intermediários pagos (R\$ 0,08 por lote de mil ações)	16	-	-	-	-	(7.000)	(7.000)
Complemento de reserva de lucros retidos	16	-	-	-	1.370	(1.370)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>41.693</u>	<u>8.339</u>	<u>111.755</u>	<u>1.370</u>	<u>-</u>	<u>163.157</u>

Companhia Energética Potiguar
Demonstrações dos fluxos de caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		8.428	25.824
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	11	6.666	9.462
Valor residual na baixa de ativo imobilizado e intangível	11	3	280
Variação cambial líquida	29	-	3
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	447	1.505
Provisão de risco trabalhista		(75)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber		12.889	(2.078)
Estoques		1.176	643
Impostos a recuperar		(171)	(171)
Outras contas a receber		69	69
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		(603)	(603)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(67)	(67)
Impostos a recolher		(1.624)	(1.624)
Obrigações sociais e trabalhistas		(152)	(152)
Outras contas a pagar		(21.662)	(21.662)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>5.324</u>	<u>11.429</u>
Impostos de renda e contribuição social pagos		<u>(850)</u>	<u>(1.299)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>4.474</u>	<u>10.130</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	11	<u>(4)</u>	<u>(105)</u>
Caixa líquido aplicado nas (gerado pelas) atividades de investimento		<u>(4)</u>	<u>(105)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	16	<u>(9.727)</u>	<u>(14.169)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(9.727)</u>	<u>(14.169)</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>(5.257)</u></u>	<u><u>(4.144)</u></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	12.671	16.815
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>28.006</u>	<u>12.671</u>
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		<u><u>15.335</u></u>	<u><u>(4.144)</u></u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia Energética Potiguar (“Companhia” ou “CEP”) é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Global Participações em Energia S.A. (GPE), constituída em 19 de dezembro de 2007, com sede em Macaíba, Estado do Rio Grande do Norte, com o objeto social de gerar e comercializar energia elétrica em todo o território nacional, bem como exercer outras atividades que possam ser vinculadas ao seu propósito específico.

A Companhia é resultado da cisão parcial da TEP - Termoelétrica Potiguar S.A. e detém autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, mediante a Resolução n.º 346, de 25 de junho de 2002, e a Portaria MME n.º 65, de 18 de abril de 2007, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia – PIE, pelo prazo de trinta e cinco anos a partir da publicação da Portaria MME, implantar e explorar as Usinas Termoelétricas - UTEs denominadas Potiguar (53,12 MW) e Potiguar III (66,4 MW), respectivamente, em decorrência do segundo leilão de energia nova, realizado pela Aneel.

Para tanto as UTEs Potiguar e Potiguar III firmaram um total de 60 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) com Distribuidoras de Energia Elétrica, na modalidade de disponibilidade de energia elétrica. Esses contratos encerraram em 31 de dezembro de 2023.

1.1 Continuidade Operacional

As UTEs Potiguar e Potiguar III iniciaram suas operações comerciais em março de 2009 e tinham contrato de suprimento vigente até 31 de dezembro de 2023, data em que expirou o prazo vinculado aos CCEARs.

A Companhia suspendeu suas atividades em janeiro de 2024, porém irá retomar a sua operação com base nos novos contratos do Leilão de Reserva de Capacidade (LRC), a partir de julho de 2026 até junho de 2041. A partir do exercício de 2025, a Companhia irá executar projetos de melhorias e renovação na sua infraestrutura e equipamentos visando o novo período contratual.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração destas demonstrações financeiras, a não ser que haja intenção de cessar suas operações e liquidar a Companhia.

A Administração analisou as principais rubricas do Balanço Patrimonial para garantir o cumprimento de todos os compromissos assumidos diante da descontinuidade operacional da unidade geradora de caixa das UTEs Potiguar e Potiguar III, após o encerramento dos CCEARs em 31 de dezembro de 2023 e, também, para o cumprimento dos seus compromissos durante o período de transição para o novo ciclo operacional a partir de julho de 2026.

Contas a Receber

Os montantes a receber de energia são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas, porque não há histórico de perda nem qualquer perda esperada.

Estoque

Desde o término dos CCEARs em 31 de dezembro de 2023, a Companhia vem mantendo a conservação do combustível em estoque para utilização no próximo ciclo contratual. Os demais itens do estoque estão conservados adequadamente e, também, serão utilizados no próximo ciclo contratual.

Outras Contas a Receber e P&D a pagar

Refere-se a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento que serão amortizados com o Passivo de P&D.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada com base nas seguintes taxas:

	<u>Taxas</u>
Edificações obras civis e benfeitorias	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Veículos	20%
Montagens e instalações	5%

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Fornecedores

Baseado em sua análise, a Administração está convencida de que poderá cumprir todas as obrigações assumidas junto aos bancos, fornecedores e demais credores, da unidade geradora de caixa, conforme as projeções financeiras, materializadas em planejamento de fluxos de caixa da Companhia e em seu plano plurianual de negócios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as normas da Aneel, quando estas não forem conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Autorização para emissão das demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 1.º de abril de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter efeito sobre as demonstrações. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

Bases de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais das estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Julgamento

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

Incertezas sobre premissas e estimativas

A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a maiores incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste relevante caso estas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro, incluem a avaliação:

NE n.º 1 – Contexto Operacional - Continuidade Operacional;

NE n.º 8 – Tributos diferidos - Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos;

NE n.º 10 – Imobilizado - Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”).

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas anualmente.

3 Sumário das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis estão descritas a seguir e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados.

Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR) são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos Financeiros

Os ativos financeiros não foram reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- *é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e*
- *seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.*

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza anualmente avaliação do objetivo de manter um ativo financeiro em carteira e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- *as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Incluem-se ainda questões de: estratégia da Administração quanto aos juros contratuais, a manutenção das taxas de juros, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;*
- *como o desempenho operacional é avaliado e reportado à Administração da Companhia;*
- *os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios e a maneira como aqueles riscos são gerenciados.*

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

O 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e

pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- *eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;*
- *termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;*
- *o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e*
- *os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).*

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia mantém os instrumentos financeiros classificados como ao custo amortizado e valor justo.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como contas a receber de clientes, fornecedores, empréstimos e debêntures, caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício.

Valor Justo

Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de aquisição de debêntures nominativas conversíveis em ações.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Mensuração a valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

As políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe interna de avaliação com a responsabilidade de revisar, por meio de seus modelos, todas as mensurações significativas de valor justo.

A avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos. A expertise da Companhia e as práticas utilizadas no setor de energia são ferramentas para mensuração do valor justo. A equipe interna de avaliação analisa as evidências obtidas para apoiar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

Nível 1: *preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.*

Nível 2: *inputs observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).*

Nível 3: *inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).*

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o

uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Caixa e equivalentes a caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com investimento em até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber

Representadas pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, conforme método de alocação exigido de acordo com o CPC 48 – Instrumentos financeiros. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é constituída com base numa análise prospectiva dos saldos vencidos e a vencer com base no histórico de perda com clientes, em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

Estoques

São registrados pelo custo de aquisição ou valor realizável líquido – dos dois o menor e sua realização se dá através da média ponderada do custo de aquisição. São apropriados ao resultado do exercício como custo dos serviços prestados por ocasião do consumo ou da obsolescência. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição, construção ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada, e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Depreciação

A depreciação acumulada é calculada a taxas que levam em conta a vida útil dos bens. A vida útil econômica dos ativos e/ou os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Ver as taxas de depreciação na nota explicativa n.º 10.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos financeiros e não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Instrumentos financeiros

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso e, portanto, com base em suas análises não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos.

Instrumentos não financeiros

O valor recuperável de um ativo imobilizado é o maior entre o valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O valor recuperável de um ativo deve ser estimado para cada uma das unidades que geram caixa (UGC). Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. A Companhia avalia, ao menos na data do balanço, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização.

Diferido

Composto por gastos administrativos pré-operacionais para viabilização do empreendimento. Conforme facultado pelas Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, a Companhia optou pela manutenção dos saldos do ativo diferido até sua completa amortização, os quais são amortizados pelo método linear de acordo com o critério mencionado na nota explicativa n.º 11.

Intangível

Trata-se de ativo intangível que não possui vida útil definida, representado por ágio por rentabilidade futura, o qual sofre amortização societárias e é testado no mínimo anualmente por redução ao valor recuperável.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Benefício fiscal do ICMS

A Companhia usufrui do benefício fiscal do ICMS / RN, de redução progressiva de alíquota sobre o consumo de óleo diesel na geração de energia termelétrica, podendo reduzir a alíquota de 18% para 12% ou 7% a depender do volume mensal consumido, conforme Art. 87, XVIII do Regulamento do ICMS do Estado do Rio Grande do Norte (Decreto n.º 13.640/1997), dispositivo este incluído através do Decreto n.º 20.797/2008.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos correntes e diferidos.

As alíquotas aplicáveis são de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 para IRPJ, e 9% sobre o lucro tributável para CSLL sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia goza de benefício fiscal para investimento na Região Nordeste (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene) para geração de energia, correspondente à redução de 75% do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração, com vigência para o período de 1.º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2025. O valor do incentivo é registrado como receita no resultado, durante o período necessário para confrontar com a despesa que o benefício fiscal pretende compensar e, posteriormente, é destinado a reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

A Companhia faz uso, quando cabível, do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) com base na Lei de Incentivo Fiscal n.º 8.313/91, destinando até 4% do imposto devido para esse fim; sempre que aplicável, também, realiza doações aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, destinando até 1% do imposto devido, além de apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte (Decreto n.º 6.180/07, artigo 1.º), destinando também até 1% do imposto devido para esse fim.

Imposto de renda e contribuição social – diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos

São reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos resultados projetados da Companhia.

Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto do fluxo de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Uma provisão deve ser reconhecida quando a Companhia:

- (a) tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Reconhecimento da receita

Os contratos de comercialização de energia elétrica são realizados nos ambientes comerciais abertos e regulados do Brasil, estando integralmente registrados na CCEE, agente responsável pela contabilidade e liquidação do sistema integrado nacional.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado resulta do processamento da medição física (geração), ajustada às perdas proporcionais relacionadas ao sistema informada pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita decorre dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustados aos montantes de energia efetivamente gerados, quando aplicável. Esses ajustes decorrem dos mecanismos da CCEE que verificam a exposição líquida da Companhia (venda, geração e compras), denominados balanço de energia, que credita ou debita a diferença entre a venda da Companhia e a geração efetiva, geralmente pelo valor do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

Os mecanismos explicados acima resultam em dois tipos de fluxos de receita, como segue:

Receita com venda de energia contratada por disponibilidade (obrigações de desempenho ao longo do tempo): refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato

de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

Receita com venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho do ONS. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.

A receita é reconhecida na extensão em que se transfere o controle do produto ou serviço e quando puder ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Adoção de pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos novos e/ou não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em conformidade com o contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

(a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Pronunciamento	Descrição
Alterações ao CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.
Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos	A Responsabilidade de Locação numa Venda e Relocação (Emendas à IFRS 16) exige que um vendedor-locatário mensure subsequentemente os passivos de locação decorrentes de uma relocação de uma forma que não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda relacionada com o direito de utilização que retém. Os novos requisitos não impedem que um vendedor-locatário reconheça nos lucros ou prejuízos qualquer ganho ou perda relacionado com a rescisão parcial ou total de um contrato de locação.

Alterações ao CPC 26 (R1) –
Apresentação das
Demonstrações Financeiras

Apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenants é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenants após o período de relatório.

Alterações ao CPC 03 (R2) –
Demonstração dos Fluxos de
Caixa e;
CPC 40 (R1) – Instrumentos
Financeiros: Evidenciação

A entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez.

No exercício corrente a Companhia aplicou uma série de alterações aos Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1.º de janeiro de 2024. A sua adoção não teve significativo nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

(b) Alterações em pronunciamentos com vigência a partir de 2025:

Norma	Descrição da Alteração
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação	Divulgação nas demonstrações contábeis de informações que permitam que os usuários avaliem a significância do instrumento financeiro e a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros ao fim do período contábil.

<u>Norma</u>	<u>Descrição da Alteração</u>
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras consolidadas.
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Alterações em situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> . Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou <i>joint venture</i> contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou <i>joint venture</i>
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Apresentação de informações pertinentes e úteis aos usuários das demonstrações contábeis para avaliação dos valores, época e incerteza dos fluxos de caixa futuros da entidade.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas alterações acima listadas, já emitidas e ainda não aplicáveis. A Administração não espera que a adoção dessas normas listadas acima tenha efeito significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e bancos	16	1
Aplicações financeiras de alta liquidez	27.990	12.670
Total	<u>28.006</u>	<u>12.671</u>

As aplicações financeiras em compromissadas correspondem a operações com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 90% a 95% da remuneração do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os fundos de investimento em renda fixa pós fixados apresentaram rentabilidades de 114% e 97% do CDI em 2024, enquanto a aplicação em Certificado de Depósito Bancário – CDB apresentou rentabilidade de 102% do CDI.

5 Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valores a vencer	-	4.394
Valores a faturar	-	8.495
Total	<u>-</u>	<u>12.889</u>

Valores a receber correspondentes à disponibilidade e ao fornecimento de energia elétrica, conforme CCEAR, com prazo de vencimento inferior a 60 dias e venda de energia no Mercado de Curto Prazo ("MCP"). Os valores a faturar correspondem às medições reconhecidas por competência e valores a vencer correspondem as faturas já emitidas, porém no prazo de vencimento.

6 Impostos a recuperar

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Imposto de renda e contribuição Social	257	19.458
Outros	63	6
Total	<u>320</u>	<u>19.464</u>
Circulante	320	19
Não circulante	-	19.445
Total	<u>320</u>	<u>19.464</u>

7 Estoques

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Combustível (óleo diesel)	16.168	17.693
Almoxarifado de peças para manutenção	33.581	33.232
Total	<u>49.749</u>	<u>50.925</u>

A Companhia mantém seu estoque de combustível para atender a uma possível demanda de geração de energia. O combustível estocado vem sendo conservado para o próximo ciclo contratual a partir de julho de 2026.

A Companhia realiza inventário e inspeções regularmente e não identificou a necessidade de constituição de provisão para eventuais perdas, uma vez que se mostram imateriais e controláveis.

8 Impostos diferidos

A Companhia reconheceu os efeitos tributários de IRPJ e CSLL sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa existentes em seus registros fiscais, conforme demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízos fiscais e base negativa	4.838	5.139
Participação nos lucros e resultado	33	235
Pesquisa e desenvolvimento	382	326
Total	<u>5.253</u>	<u>5.700</u>
Efeito no resultado	<u>(447)</u>	<u>(1.505)</u>

Apesar da suspensão da operação em 2024 a Companhia prevê a recuperação desse saldo a partir de julho de 2026 quando retomará a operação.

9 Ativos financeiros

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
C2 Participações e Investimentos S.A.	48.000	48.000
Total	<u>48.000</u>	<u>48.000</u>

Em 2 de dezembro de 2022, a companhia adquiriu 48.000 debêntures nominativas escriturais, conversíveis em ações e quirografárias, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 e vencimento de 2 de dezembro de 2042. A escritura de debêntures não estabelece remuneração ao debenturista e prevê a conversão em ações ordinárias da C2 Participações e Investimentos S.A. a partir de 120 meses da data de emissão, à opção do emissor ou a qualquer tempo por opção do debenturista. Havendo a conversão, a companhia passaria a deter ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal, representando 21% do total do capital social. A administração reconheceu essa operação no ativo não circulante e classificou como ativo financeiro.

10 Partes relacionadas

	Ref.	Encargos incidentes	31/12/2024		31/12/2023	
			Passivo	Resultado	Passivo	Resultado
<u>Fornecimento de serviços</u>						
Global Engenharia Ltda.	(a)	sem encargos	-	(762)	827	(10.284)
Total			-	(762)	827	(10.284)

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina.

Remuneração de empregados e dirigentes

Os honorários da Administração, diretoria e conselho, são fixados em Assembleia Geral de Acionistas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram pagos R\$ 422, sendo R\$ 58 de remuneração fixa e R\$ 364 de remuneração variável (R\$ 1.813 em 2023, sendo R\$ 963 de remuneração fixa e R\$ 850 de remuneração variável) referentes à remuneração de benefícios de curto prazo à Administração e aos empregados da Companhia. A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

11 Imobilizado

	Terrenos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Computadores e periféricos	Almoxarifado	Imobilizado em curso	Veículos	Total
Taxa de depreciação anual	-	(b)	10%	(b)	20%	(a)	-	-	
<u>Custo corrigido</u>									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.041	28.494	407	99.855	1.018	3.382	391	33	140.621
Adições	-	-	-	55	25	-	25	-	105
Baixa	-	-	(7)	(16)	(65)	-	(265)	-	(353)
Transferências	-	7	-	144	-	-	(151)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7.041	28.501	400	100.038	978	3.382	-	33	140.373
Adições	-	-	-	3	1	-	-	-	4
Baixa	-	-	-	(14)	-	-	-	-	(14)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	7.041	28.501	400	100.027	979	3.382	-	33	140.363
Depreciação acumulada									
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	(16.172)	(243)	(76.516)	(836)	-	-	(33)	(93.800)
Adições	-	(1.140)	(30)	(5.549)	(82)	-	-	-	(6.801)
Baixa	-	-	-	-	73	-	-	-	73
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	(17.312)	(273)	(82.065)	(845)	-	-	(33)	(100.528)
Adições	-	(1.140)	(35)	(5.436)	(55)	-	-	-	(6.666)
Baixa	-	-	-	11	-	-	-	-	11
Saldos em 31 de dezembro de 2024	-	(18.452)	(308)	(87.490)	(900)	-	-	(33)	(107.183)
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2024	7.041	10.049	92	12.537	79	3.382	-	-	33.180
Saldos líquidos 31 de dezembro de 2023	7.041	11.189	127	17.973	133	3.382	-	-	39.845

(a) Estoque com expectativa de utilização com mais de 12 meses, conforme estabelece o Pronunciamento CPC 27 – Imobilizado, item 8.

(b) Taxa de depreciação considerando valor residual ao final do contrato operacional, com base no laudo de empresa especializada.

Perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Companhia revisa anualmente os valores contábeis dos ativos imobilizados para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no teste de recuperabilidade dos ativos para constatar se esse potencial incremento no valor total do ativo seria recuperável.

Como principais premissas para o cálculo do valor recuperável foram utilizadas:

- *Base de determinação do valor recuperável: valor em uso;*
- *Determinação dos fluxos de caixa: resultado operacional, capital de giro e investimentos;*
- *Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da operação comercial;*
- *Taxa de desconto: foi estimada levando em consideração as melhores práticas do mercado e a experiência da Administração, baseada no modelo matemático denominado “WACC”. Este método reflete os retornos requeridos pelos credores financeiros (capital de terceiros) e pelos acionistas (capital próprio), ponderando-se as participações na estrutura de capitais (relação debt-equity).*

Com base nas premissas mencionadas e em suas análises o valor em uso (R\$ 251.365) foi superior ao valor contábil (R\$ 33.180) e, portanto, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia continuará a monitorar os resultados dos próximos períodos, a fim de acompanhar a razoabilidade das premissas e projeções futuras utilizadas.

12 Outras contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamento a funcionários	1	-
Adiantamento a fornecedor	86	86
Despesas antecipadas	2	9
Total	89	95
Ativo Circulante	89	95

13 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Companhia Energética do Rio Grande do Norte	97	846
Global Engenharia Ltda (a)	-	861
Outros fornecedores	164	168
Total	<u>261</u>	<u>1.875</u>

(a) Refere-se a contrato de Operação e Manutenção - O&M da usina, conforme NE 9.

14 Obrigações tributárias

	31/12/2024	31/12/2023
INSS serviços de terceiros	4	54
PIS - Programa de integração social	-	44
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	3	204
PIS/COFINS/CSLL retidos	2	45
Outros tributos a recolher	1	53
Total	<u>10</u>	<u>400</u>

15 Provisão para contingências e depósitos judiciais

Provisão Para processos Judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2022	475
Adições (Reversões)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>475</u>
Adições (Reversões)	<u>(75)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>400</u>

A Companhia está exposta a contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal dos negócios. A política de provisões adotada considera as chances de perda nas ações. Quando o risco de perda é avaliado como provável é feito provisionamento de 100% do valor devido nestas ações, conforme avaliação da Administração e de seus assessores legais.

O processo avaliado pelos assessores jurídicos como uma perda possível, que não requer provisão, é de natureza cível no valor de R\$ 78 (em 2023, R\$ 78) e tributário no valor de 4.205 (em 2023, R\$ 4.205).

Depósito judicial

Depósitos Judiciais

Saldo em 31 de dezembro de 2022	219
Adições (Reversões)	<u>603</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	822
Adições (Reversões)	<u>-</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>822</u>

Trata-se substancialmente de processo de natureza tributária no montante de R\$762.

16 Patrimônio líquido

Em 30 de agosto de 2024, a Companhia deliberou, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de seu capital social no montante de R\$ 220, com a correspondente redução da reserva legal, R\$ 64, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) visando a recomposição do saldo da Reserva de Incentivo Fiscal. O capital social subscrito e integralizado da Companhia passou a ser de R\$ 41.693 (R\$ 41.913 em 2023) está representado por 37.554.721 ações ordinárias (Em 2023, 37.554.721 ações ordinárias) e está distribuído da seguinte forma:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>%</u>
Global Participações em Energia S.A.	33.423.702	89%
Fernando Wilson Araújo Magalhães Filho	3.755.472	10%
Maria das Graças B. N. Fernandes	375.547	1%
Total	<u>37.554.721</u>	<u>100%</u>

Capital social

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. De acordo com o estatuto social da Companhia, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, diminuído da reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, bem como dos demais ajustes previstos no artigo n.º 202 da Lei n.º 6.404/76.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do valor do capital social. Em 2024 não foi constituída, pois o limite de 20% sobre o Capital Social já foi atingido.

Reserva de incentivo fiscal

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía reserva de incentivo fiscal registrada no montante de R\$ 111.755 (R\$ 111.433 em 2023) e reconheceu o montante de R\$ 322 sendo R\$ 264 referente as reduções do capital social e da reserva legal e R\$ 58 referente ao exercício de 2024.

Excesso de reservas de lucros retidos

Conforme determina a Lei das S.A. em seu artigo 199, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, já abatendo o saldo de reserva legal e reserva de incentivos fiscais, exceções do disposto no Art. 199 da Lei nº 6.404/76 (Lei das S.A.s, a Companhia mantinha R\$ 1.370 na reserva de lucros (R\$ 2.727 em 2023).

Lucro líquido básico e diluído por ação

O resultado por ação é calculado pela relação entre o resultado do período e a média ponderada de ações ordinárias em circulação no período, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	8.428	25.824
Média ponderada de ação por lote de mil	37.555	37.555
Lucro (Prejuízo) líquido por lote de mil ações - R\$	<u>0,224</u>	<u>0,688</u>

Dividendos

A Companhia outorga aos seus acionistas o direito ao recebimento a cada exercício de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual calculado e ajustado nos termos da legislação societária, ajustado da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	8.428	25.824
Reserva de Incentivos Fiscais	(58)	(6.957)
Amortização de prejuízo acumulado	-	(3.883)
Base para dividendos	8.370	14.984
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.093	3.746

Um resumo da movimentação da distribuição de dividendos em 2024 está apresentado a seguir:

Deliberação	Natureza de remuneração	Valor deliberado	Valor por ação
2023			
RCA de 30 de março de 2023	JSCP 1º Trimestre 2023	2.824	0,075
RCA de 13 de julho de 2023	Dividendos Intermediários 2023	3.000	0,080
RCA de 29 de setembro de 2023	JSCP 2007 a 2012 e 2023	10.316	0,275
2024			
RCA de 6 de novembro de 2024	Dividendos Intercalares 2024	7.000	0,136
RCA de 10 de dezembro de 2024	Dividendos Intermediários	2.727	0,053

Saldo dividendos a pagar 2022	-
Dividendos Intermediários 2023	3.000
Juros sobre capital próprio	13.140
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(1.971)
Dividendos pagos	(14.169)
Saldo dividendos a pagar 2023	-
Dividendos propostos referente a 2023	2.727
Dividendos Intermediários 2024	7.000
Dividendos pagos	(9.727)
Saldo dividendos a pagar 2024	-

17 Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de venda de energia (a)	27.107	127
Receita de venda de energia por disponibilidade (b)	-	82.234
Deduções de venda		
Cancelamentos	(231)	(2.489)
PIS	(443)	(1.317)
COFINS	(2.043)	(6.068)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	(242)	(713)
Total	<u>24.148</u>	<u>71.774</u>

- (a) Receita de venda de energia: refere-se à receita variável. Toda a energia firme gerada é transferida para as distribuidoras, conforme despacho da ONS. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com as distribuidoras.
- (b) Receita com venda de energia por disponibilidade: refere-se à receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade da usina. Corresponde assim ao valor de remuneração anual da Companhia apresentado no leilão, que inclui, na determinação do preço de venda e na receita auferida a recuperação de alguns custos.

18 Custos/despesas por natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Custos e despesas com pessoal e administradores	(2.741)	(4.758)
Depreciação e amortização	(6.666)	(9.462)
Custo de utilização do sistema de distribuição	(3.552)	(9.609)
Custos com manutenção e operação (a)	(7.152)	(18.112)
Custos e despesas com seguros	(15)	(527)
Despesas com viagens e comunicações	(64)	(177)
Serviços de terceiros	(164)	(380)
Assessoria e consultoria	(1.254)	(1.129)
Tributos	(357)	(193)
Outras despesas (receitas)	(1.410)	(242)
Total	<u>(23.375)</u>	<u>(44.589)</u>
Classificados como:		
Custos de operação e manutenção	(17.391)	(35.233)
Despesas gerais e administrativas	(5.968)	(9.459)
Outras receitas operacionais, líquidas	(16)	103
Total	<u>(23.375)</u>	<u>(44.589)</u>

- (a) Em virtude do elevado nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliado à concentração de geração eólica e solar no Nordeste, as UTEs não foram despachadas ao longo do ano de 2023. Portanto, fez-se necessário realizar apenas as manutenções corretivas e preventivas. No ano de 2024, com os contratos já encerrados, a Companhia realizou manutenções visando à preservação dos equipamentos para o próximo ciclo que iniciará em julho de 2026.

19 Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações financeiras	2.337	1.799
Atualização Pedido de Restituição	7.185	-
PIS e COFINS sobre receita financeira	(443)	(78)
Outras receitas financeiras, líquidas	13	47
Subtotal	9.092	1.768
<u>Despesas financeiras</u>		
Variações cambiais negativas	-	(3)
Outras despesas financeiras, líquidas	(370)	(116)
Subtotal	(370)	(119)
Total	8.722	1.649

20 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculada pela aplicação das alíquotas vigentes e pelos valores refletidos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	9.495	28.834
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal (34%)	(3.228)	(9.804)
Diferenças temporárias e permanentes:		
Juros sobre capital próprio	-	4.468
Atualização Pedido de Restituição	2.443	-
Compensação de base negativa e prejuízo fiscal	302	1.355
Demais adições e exclusões	(195)	(597)
Subtotal	(678)	(4.578)
Incentivos fiscais do imposto de renda (*)	58	3.073
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(447)	(1.505)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.067)	(3.010)
Taxa Efetiva	11,24%	10,44%

(*) A Companhia possui projeto aprovado pela Sudene, cujo benefício de redução é de 75% sobre a base de cálculo do lucro da exploração. Com base na fruição desse incentivo, o valor reconhecido no cálculo dos impostos correntes é calculado às alíquotas aplicáveis com a redução ao exercício em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

21 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não mensurados a valor justo, se o valor contábil for uma aproximação razoável do valor justo.

	31/12/2024		31/12/2023		
<u>Ativos financeiros</u>	CA	VJR	CA	VJR	
Caixa e equivalentes de caixa	16	27.990	1	12.670	Nível I
Contas a receber	-	-	12.889	-	Nível I
Outras contas a receber	89	-	95	-	Nível I
Ativos Financeiro - Debentures	-	48.000	-	48.000	Nível I
<u>Total</u>	105	75.990	12.985	60.670	
	31/12/2024		31/12/2023		
<u>Passivos financeiros</u>	CA	VJR	CA	VJR	
Fornecedores	261	-	1.875	-	Nível I
Outras Contas a Pagar	1.122	-	22.211	-	Nível I
<u>Total</u>	1.383	-	24.086	-	

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia apresenta exposição a risco advindo de instrumentos financeiros não derivativos. De acordo com as práticas contábeis adotadas, apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos ativos e passivos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;

Risco de liquidez; e

Risco de mercado.

A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os empregados tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Controladoria supervisiona a forma como a Administração monitora a conformidade com as políticas e procedimentos de gerenciamento de risco da Companhia e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco a seguir, porém não estão afetadas por eles:

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Para mitigar esse risco, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e o acompanhamento das posições em aberto. Apesar de haver concentração de contas a receber e receitas decorrentes de clientes, a Companhia entende que os riscos de inadimplência por parte destes clientes são baixos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

A Companhia avalia seus históricos de recebimentos e não identifica exposição ao risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contrato de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a sua reputação.

A abordagem da Companhia na administração da liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir suas obrigações que vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de afetar a sua reputação.

A previsão de fluxo de caixa é preparada e são monitoradas as previsões de contínuas exigências de liquidez. Esta previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida e de geração de caixa da Companhia, o que garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período mínimo de sessenta (60) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o efeito potencial de circunstâncias externas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>
Fornecedores	261	-
Outras contas a pagar	83	1.039
Total	<u>344</u>	<u>1.039</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas cotações de moedas estrangeiras. A Companhia não possui compromissos em valores significativos de compras contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os seus saldos.

Taxa de juros

Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou indexadores de dívida, que diminuem a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. Visando mitigar este tipo de risco, a Companhia vem negociando os empréstimos e financiamentos correntes com o objetivo de obter taxas de juros de longo prazo condizentes com o retorno esperado do negócio e centralizar seus investimentos em operações com taxa de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em Certificado de Depósito Bancário - CDB e fundos de renda fixa.

Análise de sensibilidade de variação nas taxas de juros

Para efeito de análise de sensibilidade e utilizando os saldos de aplicações financeiras e de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2024, a Companhia oferece o cenário I (provável) a partir das expectativas de mercado para a média na taxa básica de juros em 2024. Na projeção do cenário II (possível), essa média foi aumentada em 25%, e para o cenário III (remoto), aumentada em 50%.

Saldo de aplicação financeira	CDI em 31/12/2024	Variação de 10% do CDI	Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido
27.990	10,88%	9,79%	(305)

Gestão do capital social

A Companhia administra e ajusta sua estrutura de capital conforme as mudanças nas condições econômicas. Para isso, pode modificar o pagamento de dividendos aos acionistas, realizar a devolução de capital ou emitir novas ações. O monitoramento do capital é realizado por meio do índice de alavancagem, calculado pela relação entre dívida líquida e patrimônio líquido. A dívida líquida considera empréstimos e financiamentos sujeitos a juros, fornecedores, descontados o caixa e equivalentes de caixa.

	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	261	1.875
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(28.006)	(12.671)
Dívida Líquida	(27.745)	(10.796)
Patrimônio Líquido	163.157	164.456
Índice de alavancagem	-17%	-7%

Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia, por política, não utilizou instrumentos financeiros derivativos. Desta forma, não identificou nenhum risco decorrente de uma eventual exposição associada a estes instrumentos.

22 Transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa

As principais transações que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa estão descritas a seguir:

Exercício de 2024

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 3.191.

Exercício de 2023

- Compensação de impostos a pagar com impostos a recuperar no montante de R\$ 5.540;